



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixos Temáticos:

1. INTEGRAÇÃO DAS SOCIEDADES NA AMÉRICA LATINA
2. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO:
SUAS MÚLTIPLAS FACES
3. PARTICIPAÇÃO: DIREITOS HUMANOS, POLÍTICA E CIDADANIA
4. CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA
5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA
6. CIÊNCIA E TECNOLOGIA: PRODUÇÃO, DIFUSÃO E APROPRIAÇÃO
7. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL
8. MIGRAÇÕES NO CONTEXTO ATUAL: DA AUSÊNCIA DE POLÍTICAS
ÀS REAIS NECESSIDADES DOS MIGRANTES
9. MÍDIA, NOVAS TECNOLOGIAS E COMUNICAÇÃO

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho 2012
Curitiba - Brasil

ANAIIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixo 5

**“MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE,
CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA”**

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil

EIXO 5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA

MR5.1.- Mudanças Globais, Mudanças Climáticas e impactos socioambientais

EMENTA O modelo de desenvolvimento econômico e as formas de apropriação da natureza estão na gênese das crises socioambientais contemporâneas e, portanto, das mudanças climáticas globais (MC). Mesmo eivada de fortes controvérsias, donde alta complexidade, as MC podem levar a humanidade a conviver com impactos em diferentes escalas e profundidades sobre a biosfera, os biomas, os diversos ecossistemas terrestres e as próprias sociedades humanas. Contudo, ainda que considerados os importantes avanços das ciências da atmosfera sobre o tema, pairam ainda importantes e desconcertantes questões sobre o futuro do clima e, portanto, sobre o futuro das sociedades.

Coordenador: Francisco Mendonça – Universidade Federal do Paraná - (UFPR – BRASIL)

Hugo Romero: Universidad de Chile - (CHILE)

Paulo Artaxo: Instituto de Física da Universidade de São Paulo - (USP - BRASIL)

Luiz Carlos Molion: Meteorologista e professor da Universidade Federal de Alagoas - (UFAL - BRASIL)

German Palácio: Universidad Nacional de Colômbia - (UNC - COLÔMBIA)

RESUMOS APROVADOS

RESPONSABILIDADE CIVIL DAS USINAS NUCLEARES NO CASO DE ACIDENTES NUCLEARES CAUSADOS POR CATÁSTROFES NATURAIS (autor(es/as): **Ana Carolina Rosseto Rossetti**)

AQUECIMENTO GLOBAL NO CONTEXTO DA SOCIEDADE DO RISCO: MITO OU REALIDADE? (autor(es/as): **ELIAS MARCOS GONÇALVES DOS SANTOS**)

INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS PARTICIPATIVOS: CONTRIBUIÇÕES NA PREVENÇÃO DE DESASTRES NATURAIS NA MICROBACIA DO RIO SAGRADO, MORRETES (PR). (autor(es/as): **Isabel Jurema Grimm**)

MR5.2.- Cidades: qualidade, condições e situações de vida

EMENTA

O conceito de Meio Ambiente e qualidade de vida pressupõe um lugar ou um espaço humanizado, não hostil, onde se possa pensar uma concepção humanista subjacente à construção da subjetividade que seja capaz de nos conduzir a uma sociedade mais amorosa, mais solidária e mais humana. A partir desse paradigma, o conceito de espaço social se reveste de grande importância pois é o locus onde se produz a vida em todas as suas dimensões e a qualidade de vida se coloca nessa perspectiva. Partindo da premissa de que todo o ser humano tem direito aos bens materiais e imateriais, a qualidade de vida coloca-se como uma referência no estabelecimento de estratégias para o entendimento e planejamento dos ambientes onde vivem os seres humanos.

Coordenadores: Geraldo Milioli e Teresinha Maria Gonçalves – Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina - (UNESC – BRASIL)

Milena Rincon Castellanos: Pontificia Universidad Javeriana – (PUJ - COLÔMBIA)

Izês Regina de Oliveira: Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina (UNESC – BRASIL)

Flávio Gomes Ferreira: Universidade federal de Santa Catarina - (UFSC – BRASIL)

RESUMOS APROVADOS

Os problemas socioambientais de uma cidade amazônica (autor(es/as): **Adriana Ramos dos Santos**)

Turismo nos espaços urbanos: implicações nas dimensões sociais do lazer e da cultura. (autor(es/as): **Aline Dornelles Madrid**)

EDUCAÇÃO AMBIENTAL, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E OS PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS NA REGIÃO CARBONÍFERA CATARINENSE: O CASO DO BAIRRO FORQUILHA, TREVISÓ – SC (autor(es/as): **Amanda Bellettini Munari**)

OS CATADORES DE MATÉRIAS RECICLÁVEIS: ENTRE A PANACEIA DO DISCURSO ECOLÓGICO E A SIMPLES SOBREVIVÊNCIA (autor(es/as): **ERICA PELLUCCI BARRETO MAROTTA**)

DIREITOS HUMANOS, MEIO AMBIENTE E DIREITO DAS CIDADES: uma interrelação necessária para o desenvolvimento de uma urbanização sustentável (autor(es/as): **Fátima Fagundes Barasuo Hammarström**)

CONCENTRAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO BORO EM ESPÉCIES FLORESTAIS DO SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ E SUA INFLUÊNCIA NO AMBIENTE LOCAL (autores(es/as): **GIOVANNI RADEL DE VARGAS**)

EDUCAÇÃO ECOLÓGICA CONTRIBUINDO NO DESENVOLVIMENTO DE CIDADES MAIS SEGURAS (autor(es/as): **Joamara Mota Borges**)

AValiação do teor de ferro nas folhas de cinco espécies florestais, como indicador da qualidade do ar (autor(es/as): **Jonas Eduardo Bianchin**)

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NAS “MARGENS” DA CIDADE DE CURITIBA: ANÁLISE DOS CASOS “ITAQUI”, “ILHA” E “GRACIOSA” (autor(es/as): **Kenneth Dias dos Santos, Leandro Franklin Gorsdorf**)

INDICADORES SOCIOCULTURAIS E SUSTENTABILIDADE: SITUAÇÕES DE VIDA E SISTEMAS ORGÂNICOS DE PRODUÇÃO NO VALE DO TAQUARI, RIO GRANDE DO SUL/BRASIL (autor(es/as): **Valdir Jose Morigi**)

PLANEJAMENTO URBANO E AMBIENTAL DAS PEQUENAS CIDADES, UM ESTUDO DE CASO DE BELA VISTA DO TOLDÓ, SC (autor(es/as): **Vanessa Maria Ludka**)

RECURSOS HÍDRICOS E O URBANO. RELAÇÃO PROBLEMÁTICA E SOLUÇÕES PROPOSTAS (autor(es/as): **Yasmin Viana Ribeiro de Almeida**)

ÁGUA COMO DIREITO FUNDAMENTAL: REFLEXÃO ACERCA DA NECESSIDADE DE REGULAÇÃO E GESTÃO TRANSNACIONAL (autor(es/as): **FERNANDA SERRER SCHERER e MARCOS PAULO SCHERER**)

MR5.3.- Educação socioambiental: natureza, cultura e teorias sociais

EMENTA

Filosofia da Natureza. Diversidade cultural Possibilidades e desafios de uma Educação Socioambiental. Diálogo das Ciências Sociais com a Educação Socioambiental. Cultura e Práticas socioeducativas ambientais.

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil

EIXO 5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA

Coordenadora: Maria do Rosário Knechtel – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente da Universidade Federal do Paraná - (UFPR – BRASIL)
Ana Teresa dos Reis: Universidade de Brasília - (UNB – BRASIL)
Christian Henrique Zuñiga: Universidad Austral de Chile – (UAC - CHILE)
José Edmilson de Souza Lima: Faculdades Associadas de Ensino (FAE – BRASIL)
Antonio Guerra: Universidade Vale do Itajaí - (UNIVALI – BRASIL)

RESUMOS APROVADOS

EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM ENFOQUE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS EM UMA COMUNIDADE RURAL (autor(es/as): ANA KARLA PAZDA)
HISTÓRIA AMBIENTAL-OLHARES SOBRE AMÉRICA LATINA (autor(es/as): Carlos Odilon da Costa)
A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O EGRESSO EM ENGENHARIA AMBIENTAL: UM ESTUDO DE SUA CONTRIBUIÇÃO NO ÂMBITO DA REGIÃO SUL CARBONÍFERA CATARINENSE (autor(es/as): Gláucia Cardoso de Souza)
APLICAÇÃO DE TÉCNICAS DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE NASCENTES EM PEQUENAS PROPRIEDADES AGRÍCOLAS NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO – PR. (autor(es/as): Jefferson de Queiroz Crispim)
IMPLANTAÇÃO DE TECNOLOGIAS ECOLÓGICAMENTE ADEQUADAS NA CASA FAMILIAR RURAL DE IRETAMA – PR (autor(es/as): Jose Antonio da Rocha)
RELAÇÃO SOCIOAMBIENTAL NO MUNDO CONTEMPORÂNEO (autor(es/as): Luiz Arthur Conceição e Girolamo Filippo Variola)
METODOLOGIAS PARA O ENSINO DA GEOGRAFIA DA SAÚDE NA EDUCAÇÃO BÁSICA (autor(es/as): Ramon de Oliveira Bieco Braga)
UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA O ENSINO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO MÉDIO (autor(es/as): Ramon de Oliveira Bieco Braga)
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A PARTICIPAÇÃO DE ATORES SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DE RACIONALIDADE PAUTADA NA ÉTICA AMBIENTAL (autor(es/as): Rosana Cristina Biral Leme)
ANÁLISE DO PROCESSO DE GERENCIAMENTO E GESTÃO DOS RESÍDUOS DOMÉSTICOS DO MUNICÍPIO DE MAMBORÊ-PR (autor(es/as): SILVANA DE JESUS GALDINO)
O USO DE TECNOLOGIAS PARA UMA EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL (autor(es/as): Valkiria Trindade de Almeida Santos)

5.4. Conhecimento Local e Meio Ambiente: Abordagens Participativas e pluralistas da diversidade Socioespacial

A abordagem complexa dos saberes locais, isto é, das compreensões e práticas distintas sobre o mundo natural (TOLEDO e BARRERA-BASSOLS, 2010), emerge do contexto de crise paradigmática da ciência moderna e da necessidade de abertura ao diálogo com outros saberes. Incluímos nessa categoria o patrimônio material e imaterial de coletividades que, desde seus territórios, buscam resistir e reafirmar suas identidades frente à modernização e racionalização de suas realidades. Parte-se, portanto, da necessidade de abertura ao diálogo com outros saberes. Nesse contexto dialógico, questiona-se “até que ponto é possível chegar a reconstruir cientificamente um sistema de pensamento ou de classificação da natureza de indivíduos pertencentes a sociedades culturais diferentes?” (VIERTLER, 2002: 21); trata-se, talvez, de um método interpretativo do discurso e das práticas sociais, tal como são os saberes científicos e não científicos (FLORIANI, 2010). Fala-se, então, na necessidade de um método para abordar a ciência do “OUTRO”, isto é, de uma ciência possuída por uma cultura específica, ou melhor, de etnociência baseada em uma densa descrição da ciência do outro, construída a partir do referencial da academia (CAMPOS, 2002); Assim sendo, a abordagem complexa deve possibilitar a interpretação acadêmica do saberes locais sobre o mundo natural apoiando-se em na união de métodos e técnicas oriundos de outros ramos científicos (da psicologia, da antropologia, da sociologia, da linguística, da ecologia, da geografia, etc.) de forma a permitir a interpretação das narrativas (da ciência e dos saberes locais) acerca dos fenômenos espacial (o território da comunidade) e temporal (o tempo social e biológico) que configuram a sociogeobiodiversidade latino-americana.

RESUMOS APROVADOS

A TEMÁTICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DO COLÉGIO ESTADUAL BOM JESUS NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL-PR (autor(es/as): ALCIMAR PAULO FREISLEBEN)
ESTUDO DO PATRIMÔNIO COGNITIVO AGRÍCOLA E ECOLÓGICO NO FAXINAL TAQUARI DOS RIBEIROS, RIO AZUL, PARANÁ: ABORDAGENS ETNOCIENTÍFICA E GEOGRÁFICA (autor(es/as): Andrea Aparecida Inacio da Silva)
TERRITÓRIO, TRABALHO, MEIO AMBIENTE E A GARANTIA DA ALIMENTAÇÃO NA PERCEPÇÃO DOS QUILOMBOLAS DE JOÃO SURÁ (autor(es/as): ANDRÉIA OLIVEIRA SANCHO CAMBUY)
CÓDIGO FLORESTAL AMBIENTAL FEDERAL E ESTADUAL: UM ESTUDO DOS IMPACTOS ECONÔMICOS ADEQUADOS NO ESPAÇO GEOGRÁFICO DE IRINEÓPOLIS-SC (autor(es/as): CARLOS ROBERTO RODRIGUES DA SILVA)
PRÁTICAS, TÉCNICAS E GEOSÍMBOLOS DA CULTURA DA PESCAAMADORA NA PAISAGEM FLUVIAL DO PITANGUI-JOTUVA - REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS, PARANÁ (autor(es/as): Carlos Roberto Scheibel)
PROGRAMA DE EXTENSÃO FORTALECIMENTO DOS MODOS DE VIDA DO CAMPO: EXPERIÊNCIAS DE ABORDAGENS PARTICIPATIVAS (autor(es/as): Cristiane Mansur de Moraes Souza)
ABORDAGEM ETNOPEDELOLÓGICA ACERCA DOS SOLOS DO SUBSISTEMA 'TERRA DE PLANTAR' NO FAXINAL TAQUARI DOS RIBEIROS, RIO AZUL – PR (autor(es/as): Juliano Strachulski)
Las transformaciones socio-espaciales de la integración suramericana en territorios amazónicos de frontera: formas de producción de exclusión, dominación y pobreza (autor(es/as): Milson Betancourt)
Controvérsias socio-ambientais na criação do Parque Nacional da Serra do Itajaí. (autor(es/as): Sandy Rafaela Krambeck)

5.5. A questão ambiental na América Latina: Produção discursiva e conhecimento científico

Nas últimas décadas, as instituições acadêmicas, atores governamentais e não governamentais latino-americanos tem incrementado sua produção de conhecimento sobre os mais diversos aspectos atinentes ao debate das questões ambientais da América Latina. O debate sobre o conteúdo desta produção científica e discursiva vem interessando alguns dos pesquisadores e analistas sobre algumas dessas questões, tais como biodiversidade, energia, produção de alimentos, usos dos recursos naturais, conflitos socio-ambientais, políticas públicas, educação ambiental, governabilidade e gestão ambiental, práticas sustentáveis, legislação ambiental, gestão dos territórios, agroecologia, produção familiar e agricultura sustentável, políticas industriais e sustentabilidade, planejamento urbano e conflitos ambientais, etc. Fazer um balanço dessa produção de conhecimento, bem como os usos sociais e as diferentes concepções que emergem daquela produção é um dos principais objetivos desta mesa redonda.

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil

RESUMOS APROVADOS

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: estratégia para auxiliar a reduzir os impactos ambientais decorrentes dos diversos tipos de poluição (autor(es/as): **Ana Cristina Schirlo**)

A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO ECOLÓGICO NO CINEMA (autor(es/as): **Clarissa Corrêa Henning**)

ECONOMIA E MEIO AMBIENTE: ANÁLISE QUANTITATIVA NOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA DE ECONOMIA NO BRASIL (autor(es/as): **Francisco Salau Brasil**)

PERCEPÇÃO E REPRESENTAÇÃO: INSTRUMENTO PARA ENTENDER A DEGRADAÇÃO AMBIENTAL (autor(es/as): **Nilva Giane Trajano Gonçalves**)

O MERCOSUL E UNASUL: UM OLHAR SOBRE A AGENDA AMBIENTAL LATINO-AMERICANA (autor(es/as): **Sigrid de Mendonça Andersen**)
TECNOLOGIAS AMBIENTAIS, SISTEMAS REGIONAIS DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL. (autor(es/as): **Thierry Molnar Prates**)

Socioambiental: O Discurso presente na política e no mercado (autor(es/as): **Gabriel Ferreira carvalho**)

POLÍTICAS DE TURISMO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL (autor(es/as): **Isabel Jurema Grimm**)

MR5.6. – Ruralidades, Meio Ambiente e Novos Atores

As dinâmicas dos processos sociais vinculadas à problemática socioambiental, no que se refere à constituição de um novo campo de abordagem sobre a agricultura, tem sido interpretadas à luz de teorias e métodos interdisciplinares. Assim, as novas ruralidades permitem interpretar novos espaços de confluência entre atores que constroem suas estratégias de ação, levando em conta uma outra ressignificação da natureza, da cultura e das práticas materiais.

Coordenador: Osvaldo Heller da Silva – Universidade Federal do Paraná - (UFPR – BRASIL)

Álfo Brandenburg: Universidade Federal do Paraná - (UFPR – BRASIL)

Horacio Machado Aráoz: Unión de Asambleas Ciudadanas (UAC - ARGENTINA)

Arlson Favareto: Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do ABC – (CECS/UFABC - BRASIL)

Juan Sánchez: Universidad de Lagos - (UNILAG – CHILE)

RESUMOS APROVADOS

RISCOS E VULNERABILIDADES EM ASSENTAMENTOS RURAIS NO ESTADO DA PARAÍBA (autor(es/as): **Alan Ripoll Alves**)

DAMATAS NATURAIS AO EUCALÍPTO: ARACRUZ CELULOSE/FIBRIA (autor(es/as): **BRENA DE CASTRO COSTA**)

CONTEXTUALIZANDO A ESCOLA LATINO AMERICANA DE AGROECOLOGIA E SUA INTERFACE COM GÊNERO E EDUCAÇÃO (autor(es/as): **Tereza Lopes Miranda**)

O DIREITO DE TER DIREITOS: PRÁTICAS DE CIDADANIA EM COMUNIDADES RURAIS DE RONDÔNIA (autor(es/as): **ELISANGELA FERREIRA MENEZES**)

CAMPONESES E RELIGIOSIDADE: A TERRITORIALIDADE DOS GRUPOS DE EVANGELIZAÇÃO NA COMUNIDADE DO CRAVO (autor(es/as): **RAFAEL BENEVIDES DE SOUSA**)



Socioambiental: O Discurso presente na política e no mercado

CARVALHO, Gabriel Ferreira.
SCHIMANSKI, Édina.

Resumo: Este artigo se propõe a análise de matérias jornalísticas publicadas durante primeiro turno do período de campanha eleitoral nacional de 2010. O período escolhido se deve a expressão conquistada pelo Partido Verde nestas eleições em questão, com isto acredita-se que a questão ambiental apareceu com maior intensidade no debate político e social. Utilizou-se aqui o método da Análise de Conteúdo por este poder utilizado em pesquisas tanto quantitativas como qualitativas, por mesclar ambos e ser considerado uma técnica híbrida. Entende-se aqui também que a Análise de Conteúdo é de ampla utilidade, ao permitir a análise da quantidade de aparições, quer dizer, a frequência com que os temas, pessoas, situações irão se mostrar nos meios de comunicação, com isto há a possibilidade de comparar o conteúdo midiático com dados referenciais. Após análise dos dados coletados na pesquisa pode-se perceber uma divergência discursiva em relação a questão ambiental, a forma como o tema é posto ao debate desloca-o do eixo de sua arena de discussões e despolitiza a questão, tratando-o a partir do ponto de vista mercadológico e não social. Trata-se de um recorte de uma pesquisa de mestrado em andamento, a qual é realizada pelo estudante Gabriel Ferreira Carvalho, que é bacharel em comunicação social, com habilitação em jornalismo, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e sob a orientação da professora doutora Édina Schimanski, PhD em Educação e professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da UEPG.

1. Introdução

O discurso sobre a sustentabilidade tem ganho a cada dia maior destaque. Assim, tanto o desenvolvimento sustentável, bem como a questão da sustentabilidade aparecem em todos os canais midiáticos e ganham caráter de produto. Aparecem em rótulos de mercadorias, estão presentes no debate referente as agendas publica, midiática e política. O discurso sobre economias sustentáveis, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade passou a ser mais amplamente publicizado e debatido a partir de 1992, com a segunda conferência mundial da ONU para o Meio Ambiente, a chamada Eco-92.

O evento supra citado chamou atenção do mundo para a problemática ambiental e para a necessidade de sociedades sustentáveis. Porém, a questão sobre meio ambiente já aparecia antes, muitos anos antes da Eco-92. A própria ONU já havia realizado uma outra conferência para o Meio Ambiente, a Conferência de Estocolmo, na Suécia, no ano de 1972.



O termo Meio Ambiente aparece como intrínseco à natureza, e os discursos globais se aproveitam desta ambiguidade linguística, Muhlhausler (2006, p. 2) vai afirmar que o Ambiente é tido em sua essência por uma visão antropocêntrica. Em Hochman (1997, p. 82 Apud MULHLHAUSLER 2006) consta que no discurso contemporâneo o termo ganha cada vez mais a conotação de uma natureza tangível e importante apenas para a saúde humana e como um meio de vida. O discurso ambiental emerge mas toma contornos de outra coisa qualquer que não o cuidado com o Meio Ambiente, assim como deixa de lado a discussão sobre a produção e exploração do homem na natureza. Jagtenberg (1994 Apud MUHLHAUSLER 2006, p.2) coloca que o que acontece é que a sociedade se confronta com duas grandes faces, de um lado o declínio ecológico e de outro a explosão dos discursos sobre a natureza.

A problemática linguística do discurso Ambiental é que ao separar os dois, Meio Ambiente e Natureza, cria-se influências de fatores na linguagem que fazem com que apareça o que Beck (1992) chama de a Sociedade de Riscos. Através do discurso ambiental surgem tecnologias como da energia nuclear, as quais sabe-se serem riscos a humanidade e a natureza, porém é adequada a um discurso que a deixa intocável. A tarefa parece ser adequar o discurso do Meio Ambiente para que as mudanças globais tenham algum sentido, sem que com isto mudanças estruturais ocorram na sociedade. (MUHLHAUSLER, 2006, p.4)

Nesta pesquisa o olhar centra atenção no discurso midiático do jornal Folha de S. Paulo durante cobertura eleitoral presidencial de 2010. Com a ascensão do Partido Verde nestas eleições, busca-se nas páginas do jornal compreender se a mídia leva o discurso ambiental à política e se instrumentaliza o cidadão leitor com informações e conhecimento sobre o assunto, a hipótese é que a cobertura político-eleitoral tematizada em meio ambiente tenha ganho maior profundidade nos debates e matérias produzidas por este veículo de comunicação, que é o maior, em número de circulação, no Brasil.

2. Sobre Ambientalismo e Ecologismo

A preocupação com o ambiente não surgiu de uma construção pontual, mas ao longo de anos, séculos, ela veio se constituindo até o ponto em que hoje se encontra. Atualmente há grande atenção sobre as práticas econômicas e o reflexo das mesmas na natureza, depois de várias conferências mundiais sobre o meio ambiente, a discussão mais atual é ampla e complexa, sobre a sustentabilidade humana e o desenvolvimento sustentável. John McCornick em *Reclaim Paradise* faz um traçado histórico temporal





sobre fatos e acontecimentos que levam a uma constituição do ambientalismo, desde grandes destruições ambientais até a aparição formal do movimento ambientalista do pós segunda guerra mundial.

Grupos de proteção ao ambiente já haviam sido criados na Grã-Bretanha em 1860 e nos Estados Unidos na virada do século XIX para o século XX, porém não ganhavam muita atenção pública. Estes grupos só conseguiram maior visibilidade e aclamação publica quando a ciência passou a dar maior mobilidade e visibilidade sobre a estrutura da natureza. (MCCORNICK, 1992, p. 16)

De fato a atenção que se volta ao ambiente data de mais de dois séculos, já com leis aprovadas para defesa ambiental, em 1893 já haviam leis aprovadas na Grã-Bretanha. John McCornick escreve que foi nesta data a aprovação da lei de amplo espectro contra a poluição do ar, ali foi também criado o primeiro órgão de controle da poluição. Ainda na Grã-Bretanha surgiu o primeiro grupo ambientalista privado no mundo, fundado em 1865 o *Commons, Foot-paths and Open Spaces Society*. Ainda no século XIX foi assinado o primeiro acordo internacional sobre meio ambiente, em 1886. (MCCORNICK, 1992, p.16)

Problemas ambientais que surgem no debate atual são tidos como novidades, porém, como escreve McCornick (p.17) alguns são seculares, como a poluição ácida. No século XVII, já existiam suspeitas de sua existência e, em 1850, ela foi confirmada. Outros fatos também já existiam muito anteriormente, McCornick (p.17) cita estudos de Thomas Malthus sobre o crescimento da população e da produção de alimentos e da ideia de que a vida no desenvolvimento industrial seria insustentável, segundo, em 1899, o geógrafo e expoente do anarco comunismo, Peter Kropotkin.

O escritor David Pepper na obra *The Roots Of Modern Environmentalism* dispõe um capítulo inteiro para tratar da raiz científica do ecologismo, o inicio se dá com Malthus e os Neo-Malthusianosⁱ. O escritor demonstra essa raiz ainda presente na ciência com um grande apelo da teoria de Darwin e a raiz da vida ecológica, assim como o tecnocêntrismo trouxe um lado do pensamento ambiental, a ciência ecológica também o fez, com estudos de ecossistemas alguns teóricos e cientistas conseguiram chegar ao ecocêntrismoⁱⁱ ou filosofia ecocêntrica, deslocando assim o homem do centro do universo para um sistema complexo de relações da vida natural.(PEPPER, 1984)

John McCornick faz um esforço em descrever que toda a trajetória da construção de um movimento ambientalista é o fato de o ambientalismo não poder ser dissociado da vida humana. Ele escreve sobre movimentos e separações históricas entre ambientalismo, ecologia, ou ainda proteção ambiental, preservação ambiental e mesmo o



dito desenvolvimento sustentável, que segundo a obra de Pepper é o que se aproxima de certo modo da filosofia ecocêntrica. O ponto é que assim como demais movimentos, o ambientalismo pode possuir filosofias diferentes, ideologias por trás de alguns expoentes ambientalistas, objetivos que se diferem.(MCCORNICK, 1992, p.17)

Foram identificadas três linhas principais de atividade e pensamento dentro do ambientalismo, McCornick (p.17) traz os estudos realizados por Joseph Petulla, que encontrou a raiz biocêntrica do ambientalismo onde a natureza se encerra em si própria, a raiz ecológica que entende que existe uma relação de interdependência entre ambos, ser humano e natureza, e a raiz econômica que trata a utilização máxima dos recursos naturais com menor dano, esta apresentada como o conservacionismo.

Durante o século XVIII o equilíbrio da natureza implicava um sistema pré-estabelecido de restrições e também de controle e isto assegurava que a natureza perdurasse. A partir do século XIX, o equilíbrio da natureza, já passava uma mensagem de algo delicado e íntimo e que poderia ser muito facilmente rompido com a interferência humana. Darwin foi um dos responsáveis, ao fornecer estímulos para um ponto de vista onde a evolução sugere que o homem, apesar de parte integrante de outras espécies, havia se distanciado da natureza. (MCCORNICK, 1992, p.23)

Em 1940 já em época da Segunda Grande Guerra Mundial o conservacionista Pinchot discursava que o único método de se manter a paz era através do justo acesso de toda nação à recursos naturais. A busca por terras e mais recursos naturais era o maior incentivo a Guerra. Franklin D. Roosevelt faleceu em 1945 e junto dele findou-se qualquer interesse do governo norte americano em uma conferência Internacional para conservação do Meio Ambiente.(MCCORNICK, 1992, p.44)

As Nações Unidas já pensavam também em uma conferencia internacional para debater a utilização de recursos naturais no mundo. O Conselho Econômico e Social (ECOSOC) e a *Food and Agriculture Organization* (FAO), a pedido do governo norte americano se juntaram em 1949 a conferencia *United Nations Scientific Conference on the Conservation and Utilization of Resources*. O maior motivo que levou a realização desta conferencia era as exigências da utilização de recursos naturais em períodos de guerras e a importância destes recursos na reconstrução do pós-guerra.

Desde a criação da FAO em 1945 a assistência técnica a países menos desenvolvidos era destaque na agenda da organização, também primar pela proteção de coberturas florestais, conter a erosão dos solos, proteger águas, controlar cheias e abrigar a vida selvagem. Através de estudos da FAO economistas e conservacionistas tomaram



consciência de que o mau gerenciamento de recursos e também o crescimento populacional seriam obstáculo para solucionar a crise de alimentos.

Na década de 1960 os Estados Unidos puderam contemplar a publicação da obra *Primavera Silenciosa* de Rachel Carson (1962). Até o surgimento de sua obra grande parte da população norte-americana acreditava na necessidade da utilização das técnicas agrícolas e que a ciência só poderia ser utilizada para o bem da agricultura e da população. Mas Rachel Carson demonstrou através de investigações e estudos os malefícios que pesticidas como o DDT traziam a população humana que pudesse ter tido qualquer contato com ele. O fato deste produto químico estar sendo usado nas lavouras para aumento da produtividade agrícola tinha efeitos colaterais, o pesticida estava envenenando os lagos, os rios e até o oceano. O DDT colocava a vida humana em risco pois podia causar câncer, além de interferir diretamente na vida selvagem com a morte de insetos, pássaros e assim uma cadeia da vida da natureza. Após a publicação do seu livro o governo americano se viu obrigado a investigar o uso do DDT e grupos de defesa do meio ambiente ganharam maior força e atenção perante a opinião pública. Desde a década de 1970 este pesticida foi banido de diversos países.

Além da preocupação com o uso da energia e das armas nucleares, havia também a preocupação com desastres imediatos que podiam ser causados pela poluição do uso do petróleo. Desde a perfuração e exploração, passando pelo transporte, refinamento e uso final. A poluição causada pelo petróleo tem efeitos colaterais imediatos e visíveis. O primeiro grande desastre natural causado por navios petrolíferos aconteceu em 1967, mais de 117 mil toneladas de petróleo espalharam-se no mar da costa do extremo sudoeste da Inglaterra. Na época ainda foram utilizados detergentes que só aumentaram o dano biológico à vida marinha.

No cenário composto por movimentos sociais, o movimento ambientalista foi o que obteve maior destaque. Manuel Castells descreve que no ultimo quarto de século este movimento se tornou o mais produtivo, ao levar em consideração os impactos na cultura e sociedade. Castells (p.141) aponta que na década de 90, 80% da população norte-americana e mais de dois terços da europeia consideravam-se ambientalistas. Este fato interfere diretamente nos programas partidários, dificilmente candidatos e partidos conseguiriam se eleger sem contemplar o que Castells (p.141) chama de “Verdejar” em suas plataformas.

Isto também é perceptível na adoção de novas políticas de gerenciamento de grandes empresas, as quais são responsáveis por grande parte da emissão de poluentes na atmosfera, nas águas e na terra. Em todo o mundo a oposição simplista de



desenvolvimento para países pobres e preservação para países ricos tem sofrido transformações em níveis de profundidade, frente a possibilidade real do chamado desenvolvimento sustentável em cada país, estado e região. (CASTELLS, 1999)

Importante é estabelecer a diferença entre os termos ambientalismo e ecologia. Castells (1999) faz esta distinção de forma a colocar o ambientalismo como um modo de comportamento que tanto em discurso, quanto na prática, tenta corrigir a relação destrutiva do ser humano e o ambiente natural. Já a ecologia é entendida a partir do olhar sociológico, sendo ela dotada de teorias, crenças, projetos maiores que contemplam “o gênero humano” como componente do ecossistema, no intuito de manter um equilíbrio do sistema vivo através de perspectivas mais dinâmicas e evolucionárias. (CASTELLS, 1999)

Grande parte da visibilidade atribuída ao ambientalismo se deve ao fato do mesmo ter se mostrado dotado de grande capacidade de adaptação às condições de comunicação e também de mobilização suportada no novo paradigma tecnológico. Apesar da base dos movimentos ele consegue criar eventos midiáticos e com isto enviar mensagens a uma audiência muito maior. Desde o início o ambientalismo procurou exercer influência direta na legislação e na postura política dos governos, não tratando assim apenas de um movimento de conscientização. (CASTELLS, 1999)

A miséria, em todos os lugares do mundo, pode também ser apontada como uma das maiores causas da degradação ambiental. Com isto em países em desenvolvimento grupos ambientalistas tem se unido a grupos de direitos humanos, grupos de mulheres e organizações não governamentais, na busca de justiça ambiental e promovendo alterações em plataformas políticas. (CASTELLS, 1999)

Pessoas que acompanham debates atuais sobre os temas que são ditos ecológicos, através dos meios de comunicação, conseguem verificar a existência de um hiato que separa a proposta original da Ecologia, da atual, a ampla gama de ideais, projetos e visões de mundo que hoje em dia são reivindicados pela palavra ecologia. (LAGO; PADUA, 1984)

O termo Ecologia foi criado em 1866 por Ernest Haeckel, com objetivo de substituir o termo Biologia, que na época possuía sentido restrito. Assim a proposta era da utilização de Ecologia como ciência da economia, de modo de vida, ciência das relações vitais externas dos organismos, assim o termo passou a identificar de forma literal a “Ciência do Habitat”, para estudar relações entre seres vivos e o ambiente. (ACOT Apud MAGALHÃES, 2007)

O aparecimento da palavra “Ecologia” junto ao surgimento, também, da preocupação com a preservação do mundo traz a tona dois significantes que parecem



isolados, mas passam a compor o discurso político de maior influência a partir da segunda metade do século XX, o chamado discurso ecológico. Isto se deu quando os chamados Ecológicos foram chamados a testemunhar, a favor ou contra, a questão dos pesticidas levantadas por Rachel Carson. Assim constitui-se a existência do discurso cientificamente construído, a Ecologia, que traz em sua prática como linguagem a possível mediação simbólica daquilo que é o ambiente natural e desdobrou-se, por fim, no discurso político, o Ecologismo, que reorganiza os sentidos da Ecologia e inicia uma segunda prática discursiva, a Ecologia Política.

Dobson (2000) afirma que o ecologismo como ideologia surge da crença de que a devastação ambiental adquiriu uma dimensão global dentro do escopo de preocupações ecológicas surgidas, principalmente, a partir da década de 1960. Ele também chama atenção para diferenciação entre termos empregados entre ecologismo e ambientalismo:

“Environmentalism argues for a managerial approach to environmental problems, secure in the belief that they can be solved without fundamental changes in present values or patterns of production and consumption, and, Ecologism holds that a sustainable and fulfilling existence presupposes radical changes in our relationship with the non-human natural world, and in our mode of social and political life”.ⁱⁱⁱ
(DOBSON, 1995, p.2)

O Discurso Ecológico é, desta forma, constituído também no interdiscurso que decorre do dialogismo e da heterogeneidade dos “ecologismos” existentes neste multisetorialismo do discurso ecológico. Cada um deles inscreve interesses próprios de acordo com seus contextos sócio-históricos. Uma outra especificidade importante a se destacar sobre o discurso ecológico é que ele é produzido a partir do discurso capitalista/liberal, local das relações políticas e econômicas e da institucionalização da questão ecológica. Assim ele aparece com sentido da possibilidade do “gerenciamento ambiental”, dentro da prática tecnológica e administrativa na prática política.

3. Ecologia à brasileira

O Brasil foi um país colonizado e por conseguinte as florestas e os recursos naturais do país foram intensamente explorados desde então. Muito a frente deste momento pode-se averiguar uma atenção ao Meio Ambiente no Brasil com o reflorestamento da Floresta da Tijuca. Já na época sabia-se sobre a necessidade da conservação da área que poderia vir a ser um futuro desastre ambiental após constantes desmatamentos devido a exploração cafeeira. Isto no século XIX.



Em um salto para os anos desenvolvimentistas do Brasil, entre década de 1960 e 1970, intensificaram o desmatamento de florestas, como cerca de quase 10% da amazônica em prol do desenvolvimento econômico, houve o aumento da utilização de automóveis, o surgimento de grandes cidades, com enorme potencial poluidor, como Cubatão. Deste período é que se data o início de movimentos com maior preocupação social e ambiental no Brasil. (SIRKIS, 1992)

O movimento antinuclear no Brasil ganhou grande representatividade principalmente após o caso de Goiânia com a substância Césio-137 no ano de 1987. O acidente foi classificado como em uma Escala Internacional de Acidentes Nucleares como de nível 5, a escala vai até o 7. O caso foi repercutido mundialmente, a região só pode ser revitalizada quase vinte anos após.

A posição do ecologismo no Brasil passou a encontrar barreiras nos partidos da década de 1980, segundo relato de Alfredo Sirkis apenas alguns partidos, como PMDB, PDT e PT abriam espaço para a ecologia, mas na maior parte das vezes em período eleitoral, porém não consideravam as questões ambientais como prioridade ou sequer discutiam relações de métodos de desenvolvimento e produção. A discussão, segundo Sirkis, não tinha muito espaço por conta da própria construção destes partidos, para eles o desemprego, a fome e a miséria eram a prioridade, sem que percebessem que estas questões estavam diretamente ligadas as questões ecológicas.

Neste esteio e espaço surgiu a ideia do Partido Verde, antes que pessoas mal intencionadas pudessem apropriar-se da sigla juridicamente, foi fundado em 1986 o Partido Verde, em sua ata de fundação estabelecia as diferenças entre um Partido Verde e o que é a ecologia ou chamados “verdes” dos demais partidos políticos. Em uma coligação com o Partido dos Trabalhadores, Fernando Gabeira, concorreu a governador do estado do Rio de Janeiro em 1986, através da Sigla, ele chegou a 15% dos votos, resultado positivo para um Partido Verde recém fundado, tendo como base a ecologia. A partir desta data alguns ditos ecologistas conseguiram participação na política nacional, Fábio Feldmann foi eleito deputado federal pelo PMDB paulista e Carlos Minc eleito Deputado Estadual pelo Rio de Janeiro pela coligação entre o PV e o PT. Feldmann foi o responsável pela elaboração do capítulo sobre Meio Ambiente na Constituição Brasileira de 1988. Carlos Minc conseguiu planejar ações em que contasse com a estrutura midiática para dar maior notoriedade a causa ambiental do país. No mesmo ano, 1988, em que a ecologia ganhava maior destaque, a imprensa mundial noticiava a morte de Chico Mendes.



Chico Mendes surgiu no cenário do desmatamento da Floresta Amazônica durante o regime desenvolvimentista militar. Os fazendeiros tinham incentivos fiscais para lá colonizar ou, promover o desenvolvimento da Amazônia. Com a devastação da floresta em busca de pastagens os seringueiros da região tiveram seu trabalho comprometido e, com isto, sua própria sobrevivência. Os trabalhadores dos seringais se viram obrigados a migrar para outra região, como a Bolívia, porém alguns permaneceram, foi o caso de Chico Mendes. Estes que ficaram no local iniciaram uma resistência através da organização dos seringueiros e familiares, de forma pacífica eles se colocavam entre os tratores e as árvores que iriam ser derrubadas. Eles conseguiram, além de resistir, também propor transformações econômicas para o desenvolvimento da região amazônica, sem que com isto a floresta precisasse ser derrubada. A ideia na época era a economia extrativista de produtos da floresta, como o açaí, a borracha, a castanha do Pará e o babaçu, por exemplo. Assim o chamado Conselho Nacional dos Seringueiros estabeleceu alianças com índios da região e depois firmou a Aliança dos Povos da Floresta, que recebeu apoio de entidades ambientalistas ao redor do mundo. Com a morte de Chico Mendes a causa da proteção da Floresta Amazônica ganhou repercussão nacional e internacional. Chico Mendes havia sido candidato a deputado estadual pelo PT em 1986, no mesmo ano Marina Silva havia sido candidata a deputada federal, pelo PT.

Chico Mendes recebeu prêmios e atenção mundial por sua luta contra a destruição da Floresta amazônica, a notícia de seu assassinato fez com que a Amazônia se tornasse um centro de discussão ambiental em todo o mundo. Também pode ter sido um dos fatores que contribuíram para a realização da Eco-92 no Rio de Janeiro. A Morte de Chico Mendes e a realização da Eco-92 no Brasil são considerados um marco na ecologia do Brasil, pois foi neste momento que o Meio Ambiente ganhou amplo destaque nos meios de comunicação nacionais.(SIRKIS, 1992)

Pouco antes da campanha eleitoral de 1994 que teve Fernando Collor de Melo como vencedor, o Partido dos Trabalhadores apresentou ao programa de governo do candidato Luiz Inácio Lula da Silva o que se tornou um dos capítulos do programa de governo do PT na época. Foi chamado de “As bases ecológicas para um projeto de desenvolvimento”, esta proposta de inclusão do capítulo no programa eleitoral do PT foi feita por um setor do partido conhecido por “Ecopetistas”. No ano de 1993 o PT havia formalizado a Secretaria Nacional de Ecologistas e Meio Ambiente (SNEMA), em 1995 Marina Silva do PT do Acre foi eleita como secretária nacional e o nome do órgão mudado para Secretaria Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento (SMAD), a mudança de nome se deu por conta da necessidade de diálogo de todos os segmentos



do partido, para que as ações políticas e econômicas contemplassem também a dimensão ambiental, na tentativa da promoção do desenvolvimento sustentável. Em 1999 Gilney Viana assume a SMAD no lugar de Marina Silva.

Aspásia Camargo escreve que o Brasil conta com uma das legislações ambientais mais avançadas do mundo, também uma das únicas do mundo a contar com capítulo especial na constituição federal. Desde que a Eco-92 aconteceu foram editadas no Brasil a Lei das Águas para o gerenciamento dos recursos hídricos, junto a política nacional de recursos hídricos, também foi editada a Lei de crimes ambientais, o Estatuto das Cidades e outros importantes dispositivos legais para a área de Meio Ambiente, porém ainda não se converteram em melhorias sócio ambientais ao país. Durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso do PSDB os recursos da união destinados ao Ministério do Meio Ambiente sofreram diminuição gradual. Em 1995 era de 0,51% chegando no ano de 2000 a representar apenas 0,13%. A falta de recursos, porém, não é o único problema para maior atuação socioambiental no país, existem problemas estruturais que agravam ainda mais os problemas socioambientais no Brasil.(CAMARGO, 2004)

Em 2001 a SMAD junto a Fundação Perseu Abramo editou e publicou o livro chamado “Desafios da Sustentabilidade”, na obra há textos que relatam a emergência de um sócio-ambientalismo. Em 2002 com a eleição de Lula, assume a SMAD o Deputado distrital Chico Floresta. Os membros da SMAD lançaram em 2002 um caderno “Meio ambiente e qualidade de vida” com propostas estratégicas sobre ações socioambientais para o Brasil. Em 2003 membros da SMAD passam a integrar postos estratégicos no ministério do Meio Ambiente no governo do PT, em 2004 foi realizada então a I Conferência Nacional de Meio Ambiente. Em 2008 Marina Silva se demitiu do Ministério do Meio Ambiente por falta de sustentação à política ambiental no governo.

Existem fronteiras entre partidos e políticos ecologistas que muitas vezes são difíceis de distinguir, devido ao seu caráter fluido. Reformistas, pragmáticos e Idealistas, os partidos verdes mundiais. O brasileiro foi capaz de estabelecer alianças e é pragmático por ser conservador em questões como o homossexualismo e o aborto. Apesar de ainda manter algumas características dos partidos verdes chamados de reformistas. Necessidade de adequação do partido a sistemas políticos nacionais. Procuram questões menos impactantes para estabelecer o dialogo com seu eleitorado. Amplia-se o numero de políticos tradicionais que buscam votos utilizando-se de conceitos que são do ambientalismo, como o desenvolvimento sustentável ou ainda a qualidade de vida do cidadão, afinal são temas populares no debate eleitoral.



A prática política está impregnada de significados que são construídos por valores e símbolos da sociedade sobre a qual se quer intervir e, no caso do ecologismo, categorias e significados universais, resultado da “dimensão global” do ambientalismo.(CAMARGO, 2004)

3.1 Debate ecológico na esfera pública

Os processos comunicativos da esfera pública relacionam os problemas cotidianos do ser humano comum ao mundo sistêmico, a centros de decisão política e tornam visíveis aos cidadãos as decisões tomadas no mundo sistêmico, as quais alteram seu cotidiano. Habermas (1997) coloca que a comunicação entre cidadãos, em especial aquela intermediada por aparatos tecnológicos, adquire importância central na constituição do espaço público. A esfera pública é dotada do caráter de uma arena discursiva, aberta à participação, livre, ao reconhecimento do outro como igual, *lócus* de interpretação e negociação comparativa, esta esfera é tida como um fórum onde debates de questões sociais relevantes são trazidos a luz por indivíduos e pela coletividade. Aí se dá o espaço onde sujeitos expressam pontos de vista e perspectivas consideradas justas na tentativa de convergir ideias a validação de seus propósitos. Dada a fluidez e dispersão do fluxo comunicativo a esfera pública tenta a absorção daqueles que são mais tematizados. (HABERMAS, 1997)

A informação através dos meios de comunicação cresce com o isolamento proporcionado pelas sociedades urbanas industrializadas e assumem “a privilegiada condição de palco contemporâneo do debate público”. (PENA, 2005, p.29) Os cidadãos necessitam recorrer ao jornalismo para apreender uma realidade muito ampla, que foge ao alcance dos sentidos. Tal caráter de mediador entre os diversos tipos de públicos confere ao jornalismo certos poderes, capazes de definir e recriar permanentemente um sentido de realidade.

Habermas (1984) aponta que uma esfera pública dominada pelas mídias tende, naturalmente, a assimilar as funções da propaganda, pois seus atores são seduzidos pela artimanha de encenar o prestígio e influenciar pessoas. O uso como propaganda pode ser averiguado em debate entre presidentiáveis, ainda no primeiro turno, no dia 5 de agosto, atores políticos utilizaram o espaço midiático como propaganda eleitoral, ao invés de debater campanha, projetos, plataformas de governo e outros assuntos de interesse público durante a eleição. Em reportagem da Folha de São Paulo logo após o primeiro



debate entre candidatos, ficou claro que a própria mídia enxergou a ausência substancial de um debate político.

Habermas apresenta, também, a existência de múltiplas esferas públicas, nas quais sujeitos permanentemente reestruturam suas relações, não havendo apenas a esfera pública totalizante. A discussão em torno do Código Florestal, a exemplo, aparece com determinada frequência debatida no jornal, enquanto conteúdo do jornalismo científico, com a politização do tema esvaziada e quase inexistente no debate político.

A ecologia irá ser por consequência um tema a ser debatido na esfera pública. Assim como os meios de comunicação conseguem consagrar valores consensuais em sua audiência, eles também colaboram para a transformação de comportamentos, de valores e de normas a longo prazo. Tal transformação é claramente percebida após cobertura midiática da Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, no Rio de Janeiro. A partir da massiva cobertura midiática e tematização ambiental das agendas, o assunto passou a ser melhor conhecido e debatido na esfera pública, ao longo dos anos hábitos dito ecológicos passaram a ser incorporados no dia a dia da população, como tratamento de resíduos sólidos e temas referentes a questão ambiental. Mais do que nunca a mídia continua a exercer um fascínio sobre os indivíduos (FERNANDES, 2001), consequentemente nas relações sociais, políticas e econômicas. Em determinados contextos discursivos a ecologia aparece como objeto, em outros método e alguns como ciência, o que leva a observação da gravidade do tratamento do assunto, já que o termo ecologia aparece carregado de sentidos, de mensagens com apelos persuasivos, os quais podem ser reflexo apenas de interesses corporativos e não coletivos, como deveria se esperar, afinal o meio ambiente compreende a coletividade.(FERNANDES, 2001)

Assim, do mesmo modo que os meios de comunicação trazem determinado assunto ao debate público e destacam um ponto de vista sobre o mesmo, a mídia também deixa de tratar sobre outros temas de relevância social, ou os deixam em um local de menor visibilidade, assim acaba obscurecendo estes temas. (NEOLLE-NEUMAN, 1995)

Segundo aponta Thompson (1995), sobre o pensamento de Habermas, a comercialização da comunicação de massa destruiu seu caráter como um meio da esfera pública, isto porque o conteúdo dos jornais foi despoliticizado, personalizado e realocado na forma sensacionalista de produto vendável. Em consequência disto o público receptor passa a ser tratado como consumidor dos produtos midiáticos da mesma forma que dos produtos da publicidade. Na teoria da Ação Comunicativa, Habermas traz que o pensamento crítico surge na medida em que os locutores e ouvintes são capazes de



questionar as proporções de fatos que são externos a Ciência e as normas externadas por outros sujeitos. (HABERMAS, 2003)

McCombs (1997) acredita que o consenso é o modo pelo qual uma comunidade se organiza para poder definir seus interesses, cabe a mídia o auxílio na criação de um consenso. Isto pode ser verificado no jornalismo em meio ambiente, o agendamento para pautar este tema contribuiu ao longo das últimas décadas para que uma maior parcela da sociedade despertasse a consciência para a reciclagem, poluição do ar e a preservação do meio ambiente, por exemplo. Para Wolf (2006) o maior consumo de mensagens transmitidas através da mídia televisiva não significa uma maior força no agendamento, diferente do que é percebido com a mídia impressa. Para Cimadevilla (2005) a posição da mídia perante um público consciente é muito mais exigente e menos cômodo. Gonçalves (2010) expõe que a mídia tem capacidade de chamar a atenção dos indivíduos para questões públicas e também mantém um certo grau do que ele chama de discriminação seletiva de assuntos publicizados. Para Sampedro (2009) os meios de comunicação não podem ou então não querem sair do jogo governamental, assim consideram declarações oficiais como parte da realidade, enquanto jornalistas e políticos concentram as agendas em torno de temas mais distantes, os cidadãos tendem a se preocupar com assuntos de interesse mais pessoais (emprego, segurança e saúde). Existem jogos de interesses entre aqueles que serão a notícia e aqueles que produzem a informação em amplas áreas da sociedade, contudo para tentar minimizar tudo isto, os jornalistas devem seguir o pragmatismo da profissão e utilizar critérios de noticiabilidade para dar continuidade a rotina produtiva.

Segundo Wolf (2006) o assunto pode ser publicado diversas vezes nos jornais sem mobilizar a população ou governantes para tomada de decisão, como pode ser observado na pesquisa, quando o jornal priorizou ataques pessoais entre o candidato José Serra e a candidata Dilma Rousseff, em notícias sobre quebra de sigilo fiscal de Verônica Serra, pormenorizando assuntos que podem aparecer e gerar grandes debates na sociedade e nos órgãos governamentais, como a modificação do Código Florestal.

Benton e Frazier (1976) colocam a existência de três níveis de conhecimento, sendo eles: o Superficial onde a informação está apenas no título da área temática; O segundo nível traz o conhecimento de certa área mais articulado e apresenta aspectos do problema; No terceiro nível as informações são mais específicas e argumentativas de modo favorável contraposto com outra desfavorável, deixando que o leitor forme sua opinião a partir da exposição de diferentes pontos de vista. No caso da cobertura eleitoral



do Jornal Folha de São Paulo deixa a entender que Meio Ambiente fica no primeiro nível de conhecimento, ao relacionar-se a política e eleição.

Segundo indica Alves (2002) a imprensa brasileira dificilmente trata dos problemas ambientais com profundidade e clareza na pauta das discussões públicas. Usualmente ganham enfoques superficiais ou distorcidos, por vezes ganham destaque as “ecocatástrofes”, usando o terrorismo de manchetes do que o autor chama de ‘natureza na UTI’, isto é, ressaltam a ecologia sob a face do medo veiculado.

4. Principais resultados

O Método da Análise de Conteúdo pode ser utilizado em pesquisas tanto quantitativas como qualitativas, por mesclar ambos e ser considerado uma técnica híbrida (BAUER, 2002). A Análise de Conteúdo é de ampla utilidade, ao permitir a análise da quantidade de aparições, quer dizer, a frequência com que os temas, pessoas, situações irão se mostrar nos meios de comunicação, com isto há a possibilidade de comparar o conteúdo midiático com dados referenciais. (HERSCOVITZ, 2007)

Aqui estão apresentadas três tabelas com conteúdo extraído durante o período do primeiro turno eleitoral. O motivo de apresentar aqui apenas o primeiro turno é que, a partir do segundo turno, com a saída de Marina Silva (PV) do pleito, os dois candidatos passaram imediatamente a “falar em meio ambiente”, na busca pelo voto daqueles eleitores que o depositaram no Partido Verde durante o primeiro turno. Isto sem levar em consideração que a campanha de Marina Silva foi embasada mais na temática da educação do que a ambiental em si. Muitas pesquisas de tendência de votos apontaram que o eleitor de Marina Silva não era necessariamente o cidadão preocupado e engajado às questões ambientais. Ainda assim o número de pessoas que fizeram a opção por este partido, nas urnas, no primeiro turno foi considerado expressivo já que abocanhou cerca de 20% do total de votos válidos. Uma questão pontual na candidatura de Marina Silva é que a ex-candidata não defende algumas das bandeiras encampadas pelo Partido, o que ficou claro durante toda sua trajetória eleitoral, até a saída da mesma do partido, em 2011.

Todas as três tabelas expostas a seguir levam em conta o total geral de entradas de matérias relacionadas ao tema Meio Ambiente, desde simples menções em título ou a qualquer conteúdo que possa assentir que há uma tendência da matéria em se relacionar com o tema. Dentre essas 133 entradas da temática ambiental nos meses de Julho, Agosto e Setembro, algumas não estão computadas nas tabelas, sendo consideradas

apenas as entradas validas, conforme as categorias elencadas para analise neste trabalho. Matérias que foram analisadas por tratar o tema ficaram de fora desta análise por se encontrarem em uma outra categoria, tanto em relação ao caderno onde ela se encontra, como também em relação ao tema geral e/ou específico que ela trata.

Tabela1. Entradas totais e divisão por cadernos

Mês	Nº Entradas	Ciência	Mercado	Poder	Especial	Validos
Julho	43	14	8	8	0	30
Agosto	48	13	6	6	0	25
Setembro	42	11	2	0	10	23
Total	133	38	16	14	10	78
(%)	58.74%	48.71%	20,51%	17,95%	12,82%	100%

Na tabela 1 pode-se observar que do total de entradas apenas 78 foram computadas como validadas, ou seja, presentes em um dos quatro cadernos de maior expressividade do jornal. Estes cadernos foram elencados justamente por ser o lócus onde o tema ambiental ganhou maior destaque no veículo. Assim foram considerados como validos 58,74% do total de entradas que pautaram ou simplesmente citaram o tema Meio Ambiente. As porcentagens estabelecida ao final de cada coluna são analisadas em referencia ao total de entradas validas. Assim, pode-se notar que há uma clara polarização da tematização ambiental no caderno Ciência, sendo ele responsável por 48.71% do total de entradas validas, quase a metade do que se discute em relação ao meio ambiente e é levado a ser debatido pelo publico, pelo jornal a Folha de S.Paulo refere-se a descobertas tecnológicas ou listas de flora e fauna em extinção. No caderno de Ciência, do mês de julho, também foi encontrado o maior numero de matérias em referencia ao projeto do Código Florestal brasileiro. No caderno Ciência do dia 6 e 7 de julho foram publicadas matéria onde o Código Florestal é o ponto de partida, no dia 6, o titulo anunciava: "Pressionado, relator tira poder de estados para reduzir florestas", a



matéria esta no caderno de Ciência mas apenas informa sobre um ponto do texto de autoria de Aldo Rabelo (PCdoB). A matéria é um relato do fato de Rabelo ter retirado dos estados a competência para decidir sobre as Áreas de Preservação Permanentes. Nesta reportagem ainda fica sugerido que quanto mais o relator do Código Florestal discute o texto com o que a Folha chama por ambientalistas, mais o texto retrocede, e usa como fonte o deputado da bancada ruralista Valdir Colato, do PMDB-SC. A escolha editorial do jornal em decidir por publicar tal matéria no caderno científico, ao invés de um caderno que trata política, não fica claro. A ideia é de que ao publicar um tema de debate político em um caderno dissociado do assunto, retira-se a aura do conteúdo, manejando-o a ser discutido de um outro modo, que não o qual ele pertence, a arena do debate distancia o foco do assunto, deixando claro que a predileção do jornal é levar ao leitor o que discutir e a forma como discutir. Deixando o Código Florestal com a ideia de um tema a ser debatido entre biólogos, cientistas das áreas naturais e não como um objeto de interesse público geral e socioambiental.

A matéria publicada no dia seguinte, no mesmo caderno é intitulada de “Comissão flexibiliza Código Florestal”. Neste caso o deslocamento do assunto continua evidenciado, a matéria traz informações sobre a sessão onde 13 deputados aprovaram a lei que iria modificar a forma de proteção das florestas. Na reportagem há declarações de Alfo Rabelo, onde o mesmo afirma que a votação é um grande avanço para a proteção do meio ambiente. No entanto em nenhum momento a matéria faz referencia a algo que possa ser identificado como pertencente a uma editoria nomeada Ciência. O conteúdo trata de dispositivos contidos dentro do texto do novo código, como o tamanho dos módulos fiscais e quais propriedades devem manter estes módulos. Da forma como é apresentada há um esvaziamento do tema como conteúdo político, levado a uma nova esfera, da informação superficial, onde, por mais que o assunto apareça seja apresentado de modo onde há informação levada ao leitor, não promove o debate aprofundado do mesmo. Deixando um assunto político, em relação ao Meio Ambiente, deslocado de sua arena de debate específico.

Durante todo o período pode-se perceber que há uma intenção de levar o debate político ambiental a uma outra arena qualquer, onde possa ser tratado de forma mais amena, ou ainda descolado de uma base onde possa ser mais aprofundado, quer dizer, se legitima o discurso despolitizado, outros exemplos de títulos encontrados no caderno de Ciência “Lei florestal dá anistia de R\$ 10 bi, diz ministra”; “Indústria paga técnico ambiental público no PA”; “Ibama só recebe por 0,2% das multas”; “Desmate destruiu 1,23% do pampa gaúcho em 6 anos”, entre outros.



Isto vem a demonstrar que através do discurso ambiental conforta-se fatos sabidos a serem riscos a humanidade e a natureza, porém é adequada a um discurso que a deixa intocável. A tarefa parece ser adequar o discurso do Meio Ambiente para que as mudanças globais tenham algum sentido, sem que com isto mudanças estruturais ocorram na sociedade. (MUHLHAUSLER, 2006, p.4)

Outro dado observado é que 20,51% do total de menções ao Meio Ambiente se encontra no caderno “Mercado”, onde são tratados assuntos de economia, agronegócio e desenvolvimento rural, na maioria das matérias ali publicadas. Nesta editoria fica posto a coisificação da natureza, ou ainda como tema ambiental é tratado através da racionalidade econômica, onde tudo tende a ser a lógica de mercado, como gerar rendas, ou lucro com o discurso da sustentabilidade, como exemplo da matéria publicada no dia 13/07: “Loja ‘Verde’ usa luz natural e reaproveita água de chuva”, ou como a legislação ambiental pode ser um atraso na economia nacional com matéria do dia 15/07: “Estudo ambiental pode adiar Trem-bala”. Em reportagem onde a questão ambiental poderia ser mais aprofundada, levando o leitor a indagar-se da necessidade da utilização de pesticidas, ou do modo de produção no campo, a reportagem limitou-se a narrar casos de camponeses que relataram problemas de saúde, os quais foram causados pelo uso de agrotóxicos nas lavouras, a matéria foi publicada no dia 17/07: “Agrotóxicos afetam comunidade em MS”. Outro exemplo de matéria que trata o ambiente através da racionalidade econômica foi publicada no dia 27/07: “Bangladesh bane saco plástico e vende tecnologia verde”. São aqui apontados exemplos do que é levado ao leitor, como objetos da questão ambiental, informações deslocadas de seus locais de fala.

Ao somarmos o total de matérias publicadas no caderno Ciência com o que foi publicado no caderno Mercado, temos que 69,22% das informações sobre meio ambiente estão contidas nestes dois cadernos. Isto significa que quase 70% de todo o conteúdo ambiental levado a público está fora de sua arena de debate político, ou revestido de uma razão que tende a dar foco econômico ao assunto, tratando-o como mercadológico e não político. Se quase 70% do conteúdo relacionado a Meio Ambiente está dentro destes cadernos, com conteúdos similares aos aqui já apresentado, sobram 30% para que seja levado ao leitor o debate aprofundado do tema, o que não acontece.

No caderno Poder foram encontrados 17,95% das entradas relacionadas ao tema meio ambiente, concentradas entre o mês de julho e agosto, no mês de setembro os assuntos que até então estavam sendo tratados no caderno Poder foram transferidos para um caderno especial de cobertura das eleições, intitulado Eleições 2010, o qual ficou com 12,82% do total de entradas válidas. No caso das matérias publicadas nestes dois



cadernos tratam-se do modo mais superficial de informação. As informações levadas ao publico trazem fatos cotidianos da politica. O espaço poderia ser melhor aproveitado, a exemplo de matéria publicada no dia 28/07: “Livro de Marina ataca Dilma e elogia Serra”, a única relação desta publicação com o eixo ambiental é o fato de dentro da matéria haver uma citação onde Marina Silva afirma que Dilma Rousseff não levava a sério o licenciamento ambiental, a época em que era ministra da Casa Civil. A reportagem tensiona o debate ambiental ao apresentar fatos negativos em relação a postura de Dilma Rousseff com o Meio Ambiente, no entanto não apresenta uma visão pluralista sobre o assunto e dá créditos a José Serra por uma ação pontual de aprovação de subsídios a seringueiros no Acre, colocando Marina Silva como abalizadora do que é certo ou errado em posturas a serem tomadas sobre o Meio ambiente. Das 14 matérias encontradas no caderno Poder 8 trazem como títulos Marina Silva, sem que durante a matéria relacionem o tema com a questão ambiental em si. O caderno Eleições 2010 que traz 12,82% das entradas relacionadas a Meio Ambiente é um caderno específico de informação político eleitoral sobre circunstâncias das campanhas, fatos sobre a vida eleitoral dos candidatos e dos partidos. Neste caso o jornal menciona a temática ambiental de forma a deixá-la restrita ao Partido Verde, enquanto trata os demais partidos com um leque de propostas de educação, saúde, empregos e segurança, na maioria das citações. Neste período o PV ganha destaque apenas através de cobertura factual, a maioria esmagadora das matérias publicadas neste canal dizem respeito ao que Porto (2001) chama de enquadramento “Corrida de Cavalos” são dados de pesquisas eleitorais relatando qual a porcentagem de votos que os candidatos possuem no momento, quem está na frente na corrida eleitoral. A questão ambiental se resume a matérias como publicada no dia 20/09, quando a reportagem foca a proposta de Marina Silva em relação ao sua candidatura se focar na educação, com isto faz um pequeno traçado histórico da vida política da candidata, relacionando a causa ambiental, quando a coloca como ex-ministra do Meio Ambiente.

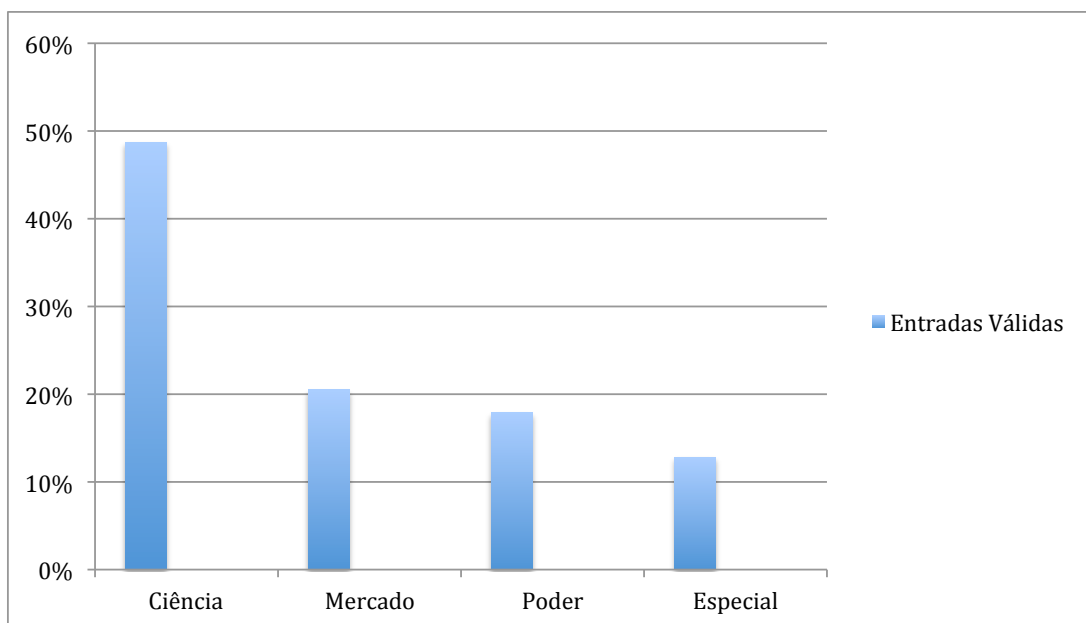


Grafico1. Cadernos e o total de entradas validas.

Na tabela 2 (abaixo) há a representação dos dados divididos pelo tema geral, isto levando em conta 106 entradas como validas, do total das 133 coletadas que são o total geral de entradas. Isto é, considerando 79,69% do total de entradas como validas, assim todos os números relacionados em cada tema geral são colocados tendo como base apenas o total valido.

Tabela 2. Entradas totais dividida por tema geral

Mês	Economia	Politica	Natureza	Outros	Validos
Julho	13	8	17	5	38
Agosto	15	7	14	12	36
Setembro	7	13	12	10	32
Total	35	28	43	27	106
					(79.69%)
(%)	33.01%	26.41%	40.46	-	100%



Acima pode-se perceber que a maior parte das matérias publicadas tem como tema geral a Natureza, esta categoria comporta os assuntos quando são tratados de forma superficial, como lista de animais em extinção, ou reportagem pontual sobre acontecimentos naturais. A categoria Natureza é contemplada quase exclusivamente no caderno Ciência. Ali estão informações sobre biologia, um exemplo de matéria que se encaixa nesta categoria foi publicada no dia 01/08 com o título: “Abate de Ave cria conflito entre biólogos”. Outras abordagens constante nesta categoria tem relação discussões entre a comunidade científica, a preservação de florestas e até mesmo matérias que tratam o Código Florestal Brasileiro, quando apresentado pelo ponto de vista das áreas de preservação, com dados como tamanho das áreas, motivos para se manter vegetação em beira de rios e cumes. Também nesta categoria se encontra impactos da ação humana na natureza, como: “Camada de ozônio está estável desde 2000”; “Aquecimento de 1,3°C é inevitável, diz pesquisa”; “Micróbios 'humanos' afetam Abrólios” e “Estrada atropela lago subterrâneo na BA”. Pelos títulos pode parecer que os conteúdos não se relacionam, mas são todos similares, tratando de forma factual a questão pertinente a natureza, adiante este tema geral ira se desdobrar em Desastres Ambientais, Preservação Ambiental e Aquecimento Global e com inserções também do tema específico do Código Florestal.

O Tema Geral Economia aparece em segundo lugar com 33,01% do total de entradas validas, como o Tema Natureza é mais abrangente, aqui fica exposto como a visão que relaciona o Meio Ambiente com a economia é a mais corrente. A própria visão de mundo atual é algo que pode explicar o motivo pelo qual o ambiente é dotado desta racionalidade econômica, segundo apresentado pelo jornal. Frequentemente as análises sociais e econômicas não levam em conta as relações existentes na natureza e, nesse sentido, não incorporam os vários efeitos que têm as relações sociedade-natureza a cada momento histórico. Enrique Leff (2009) escreve nesse sentido que a racionalidade econômica não dá conta da natureza. Afirma ele que a razão cartesiana e a física newtoniana modelaram a atual racionalidade econômica firmados no modelo mecanicista, o qual ignorou por anos as condições naturais que impõem limites à produção. Isso deslocou o eixo da economia de suas bases materiais deslocando-o para um círculo abstrato dos valores e preços do Mercado. Como exemplo em matéria do dia 28/09: “Privados discutem preço de biodiversidade” ou “Oferta de gado orgânico duplicará em 1 ano”, publicada em 24/07. O chamado gado orgânico possui um valor de mercado muito

acima do gado comum, o valor de pastagem, de florestas derrubadas e queimadas não é discutido, a visão estrita é sobre a vantagem do preço do animal depois de abatido.

A categoria Política aparece quase exclusivamente para entradas direcionadas a temática eleitoral, a existência desta categoria não significa necessariamente que 26,41% das entradas tensionaram um debate político sobre a questão ambiental, apesar do tema aparecer aqui em reportagens sobre o Código Florestal em casos onde há divergência entre atores sociais e políticos, como caso de Izabela Teixeira e Aldo Rabelo, ou exemplo de matéria publicada em 06/08: “Meio Ambiente vai apresentar texto alternativo ao de Rebelo”, na matéria em questão há relato de que alternativas ao texto oficial irão ser apresentadas ao debate, principalmente em relação a anistia para áreas desmatadas e sobre as áreas de preservação permanente, novamente a matéria política se encontra deslocada de sua arena, já que esta foi publicada no caderno Ciência.

O numero não considerado valido de 27 entradas, observado na tabela 2, não indica a presença de uma outra categoria, mas sim que no período de três meses coletados houveram 27 dias sem nenhuma entrada relacionada a meio ambiente.

Tabela 3. Entradas totais divididas por temas específicos

Mês	C.Flor- estal	Sustenta bilidade	A.Global	P.Ambi- ental	D.Ambie- ntais	Eleiçõ es	Validos
Julho	8	6	4	7	3	0	28
Agosto	8	12	4	10	0	0	34
Setembro	0	5	3	7	0	10	25
Total	16	23	11	24	3	10	87(65.41%)
(%)	18.40%	26.43%	12.64%	27.58%	3,45%	11.49 %	100%

Na tabela 3 pode-se observar a presença de tema específico que cada uma das matérias coletadas apresenta. A categoria Preservação Ambiental aparece com 27,58% do total de entradas validas, sendo estas relacionadas a matérias que retratam a natureza, identificada em grande parte no caderno Ciência com o tema geral Natureza.



Um dado importante é o tema específico Sustentabilidade que aparece em 26,43% das entradas válidas, apesar de ser um conceito diretamente ligado a preservação da natureza e ao Aquecimento global, aqui ele foi dissociado dos outros dois, por aparecer quase exclusivamente em matérias que possuem como tema geral a Economia. Ao somar a entrada dos três temas específicos teríamos que 66,65% das entradas válidas tratariam a Sustentabilidade. No entanto 12,64% das entradas tratam restritamente o Aquecimento Global com foco técnico-científico, sem relacionar o mesmo aos impactos de consumo do ser humano, como a principal causa do Aquecimento. O debate se concentra dos efeitos e não no que o causa especificamente.

Os 27,58% da Preservação Ambiental são matérias que citam especificamente a proteção de florestas, como em 08/08: “Rondônia revoga proteção a florestas” ou “Chip ajuda a rastrear madeira em MT” em 29/08, tratam-se de matérias mais pontuais e localizadas de abrangência regional. 22/07: “Dado parcial aponta para redução no desmate”, são dados analisados a partir de informações concebidas via satélite, que indicam uma redução na área total desmatada na Amazônia, em relação a anos anteriores, não menciona a causa do desmatamento, nem atores responsáveis, são matérias dotadas de aspectos técnicos.

O Código Florestal foi discutido em 18,40% das entradas válidas, no entanto as informações retratam aspectos do conteúdo técnico do texto, o que muda com o novo Código, como será tratado, quem é a favor e quem é contra, utilizando-se quase sempre dos termos “ambientalistas” ou cientistas para contrapor o texto de Rabelo com pontos defendidos por exemplo pela ministra Izabela Teixeira, a divergência centrada, novamente, no tamanho da área a ser preservada e onde elas devem ser preservadas. O contrapondo da anistia a desmatadores aparece em número reduzido diante das demais. Há um esvaziamento político do tema, colocado na arena científica.

O tema específico Eleições serve para indicar quando o tema geral está relacionado ao pleito de 2010, com 11,49% das entradas válidas, aqui são tratados aspectos da corrida eleitoral, o cotidiano dos candidatos como matéria do dia 17/07: “Ibama isenta vice de Marina de desmatamento na Bahia”. A reportagem é relacionada diretamente às eleições de 2010, sem tratar causas ambientais ou aspectos políticos ambientais, o foco é a eleição, centrado exclusivamente em fatos ocorridos com os candidatos. O tema específico Desastre Ambiental apareceu em 3,45% das entradas válidas e todos eles relacionados a vazamento de petróleo no golfo do México.

5. Considerações



A dificuldade em tratar as questões ecológicas atreladas ao modo de produção pode ser percebida diretamente na imprensa. Os veículos midiáticos separam economia, meio ambiente e sociedade. Quer dizer, as notícias veiculadas que tratam o assunto do meio ambiente aparecem em cadernos especializados, inovações tecnológicas para o campo, mas sem reflexão sobre os danos da produção no planeta e nas relações sociais. Se boa parte do que hoje é visível ao debate público precisa ser mediado através dos veículos de comunicação, fundamental seria o debate ecológico na mídia. Villar (1997) aponta para o "ambientalismo empresarial" e como este tipo ganha força. Segundo ele publicamente, as grandes indústrias fazem diversas campanhas publicitárias e, cercadas de profissionais de mídia, conseguem plantar notícias na imprensa. Mas veladamente, exercem um forte lobby para afrouxar a legislação ambiental e desacreditar as ONGs. "Nos discursos, defendem a liberdade de imprensa e a democracia. Nos bastidores, são soldados de uma conspiração do silêncio - a censura empresarial - criada para que a população receba apenas a versão dos poluidores". (VILLAR, 1997. P. 01)

O que estes autores colocam é que o ecologismo como visto atualmente, acrítico, possui um problema em sua origem. A forma como o ecologismo foi concebido dentro de um sistema o tornou na forma como hoje é debatido, onde a conservação em prol do usufruto humano é a forma de ecologia mais aceita na comunidade científica global. A chamada ética ambiental esta subordinada a ética do capital. (BARRETO. MEDEIROS. 2010)

Este estudo é um recorte de um trabalho em andamento para desenvolvimento de uma Dissertação de Mestrado. Até o momento pode-se observar que a sustentabilidade não ocorre em debates políticos eleitorais, nem o meio ambiente é lembrado pela política em relação as eleições, de modo estruturado e dotado de interesse público. Matérias, notícias e reportagens que fazem referencia a questão ambiental em sua maioria são tratadas apenas do ponto de vista de mercado, tratando o meio ambiente, ou a natureza, através da racionalização econômica. Além de aparecer também, enquanto informação tecnológica, com novas invenções que podem dar continuidade ao processo de produção sem que o impacto à natureza seja sentido de modo imediato. A instrumentalização do cidadão, com informações éticas e com o debate ecológico até agora não se mostrou acontecer nas paginas do jornal, quer dizer, existem inserções pontuais que podem contribuir ao debate, espaços que poderiam ser ampliados, mas a maioria das entradas relacionam a questão ambiental de forma superficial, deslocando o discurso de forma a torna-lo como inacessível.



5. Bibliografia

ALVES, Jane Magali Rocha (2002). O papel da mídia na informação Ambiental. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 25., 2002, Salvador. Anais... São Paulo: Intercom.

BAUER, M.; GASKELL, G. (2002)(org). Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Tradução de Pedrinho Guareschi. Rio de Janeiro: Vozes.

BERGER, P.; LUCKMANN, T (1985). A construção Social da Realidade. Petrópolis: Vozes.

CAMARGO, Aspásia(2004); CAPOBIANCO, João Paulo R.; OLIVEIRA, José Antonio Puppim de (orgs.). Meio Ambiente Brasil: avanços e obstáculos pós- Rio-92. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

CARSON, Rachel (2010). Primavera Silenciosa. São Paulo: Gaia.

CASTELLS, Manuel (1999). O Verdejar do Ser: o movimento ambientalista In: O Poder da Identidade - Economia, sociedade e cultura. São Paulo: Ed. Paz e Terra.

CIMADEVILLA, Gustavo (2005) Información ambiental, espectacularización y desconexión. In: MATO, Daniel (coord.), Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización. Caracas: Faculdade de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, pp. 111-130.

DOBSON, Andrew(2000) Green Political Thought. London: Routledge.

FERNANDES, Francisco Assis Martins Fernandes(2003). O papel da mídia na defesa do meio ambiente. p. 4.

GONÇALVES, C. D (2010) Os Efeitos Cognitivos da Comunicação de Massas. Revista PRISMA.COM, n.o 9.

HABERMAS, Jürgen (1984) Mudança estrutural da esfera pública. Rio de Janeiro, Biblioteca Tempo Universitário.

_____ (1997) Direito e democracia: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

_____ (2003) Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução de Flávio Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

HANSEN, M. R (2007) Esfera pública, democracia e jornalismo: as representações sociais da cidadania em Veja e Isto é. São Cristóvão: Editora UFS, Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira.

HERSCOVITZ, H. G. (2007)Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, C.; BENETTI, M.(orgs). Metodologia de pesquisa em jornalismo. Rio de Janeiro: Vozes.



LAGO, A., PÁDUA, J.A (1984) O que é ecologia. São Paulo: Brasiliense.

LEFF, Enrique (2009) Ecologia, Capital e Cultura: a territorialização da racionalidade ambiental. Tradução de Carlos Walter Porto Gonçalves. Petrópolis, RJ. Vozes.

MAGALHÃES, Gildo (2007) Projeto História, São Paulo, n.34, p. 27-47, jun.

MCCOMBS, M (1997) Building Consensus: The news media's agenda-setting roles. University of Texas at Austin. Political Communication, 14:433-443.

MCCORNICK, John (1992) Reclaiming Paradise: The Global Environmental Movement. London: Belhaven.

MEDEIROS, J. L. ; Barreto, E. S (2010) Lukács y Marx contra el ecologismo acrítico: Por una ética ambiental materialista. Revista Herramienta Web, v. 6, p. 8.

MHÜLHAÜSLER, Peter (2006) Environmental Discourses. Annu. Rev. Anthropol.

NOËLLE-NEUMANN, E (1995) La espiral del silencio. Opinión Pública: nuestra piel social. Barcelona.

PENA, Felipe (2005) Teoria do jornalismo. São Paulo: Contexto.

PEPPER, David (1984) The Roots of Modern Environmentalism. London: Croom Helm.

PORTO, M (2001) Mídia Brasileira e a Eleição Presidencial de 2000 nos EUA: a cobertura do jornal Folha de São Paulo. International Communication Association (ICA): Washington D.C..

SAMPEDRO, V.; PÉREZ, F. S (2009) Las elecciones generales españolas de 2008: Bipolarización antagônica fomentada por intereses político-mediáticos y las nuevas tecnologías. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 17, n. 34, p. 129-135, out.

SIRKIS, Alfredo (1992) Apendice: Enquanto isso, na terra do pau-brasil ... IN: McCORNICK, John. A história do movimento ambientalista. tradução de Marco Antonio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro : Relume-Dumara.

THOMPSON, J. B (1995) Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Vozes.

VILLAR, Roberto (1997) Jornalismo Ambiental: Evolução e Perspectivas. Imprensa e Pantanal, Laboratório Ambiental de Jornalismo Universidade Federal de Mato Grosso do Sul Campo Grande, 29 a 31 de outubro.

WOLF, M (2006) Teorias da Comunicação. Tradução de Maria Jorge Vilar de Figueiredo. 9a ed. Lisboa: Presença.

ⁱ Segundo essa linha de pensamento, a fome, a pobreza e a miséria se dão pela existência de uma população numerosa. Sugerindo como solução para o fim da pobreza, o controle demográfico. A teoria neomalthusiana indica que os gastos feitos com uma população crescente impedem o crescimento econômico e a possibilidade de uma melhoria global da situação de vida e da renda per capita das nações pobres. Assim a diferença mais visível entre a teoria malthusiana e a neomalthusiana está no fato de que,



para Malthus, o crescimento desenfreado da população provocaria a fome, e, para os neomalthusianistas, a principal consequência seria o subdesenvolvimento do país devido à elevação dos encargos sociais.

ii A Ética Ecocêntrica foi concebida por Aldo Leopold e reconhece que todas as espécies, incluindo humanos, são produto de um longo processo evolucionário e são interligados em seus processos de vida. Trata de uma linha de política de filosofia ecológica que apresenta um sistema de valores centrado na natureza, em oposição ao antropocentrismo.

iii O ambientalismo defende uma abordagem gerencial para os problemas ambientais, seguros na crença de que eles podem ser resolvidos sem mudanças fundamentais em valores atuais ou padrões de produção e consumo, e, o Ecologismo afirma que uma existência sustentável à cumprir pressupõe mudanças radicais em nossa relação com o não-humano no mundo natural, e em nosso modo de vida social e político. (Tradução Nossa)

